



## REVISTA DE DIREITO PÚBLICO



### SUMÁRIO

#### DOCTRINA

#### ARTIGOS

O DIREITO ADMINISTRATIVO DO TERCEIRO SETOR: A APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO ÀS ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS Paulo Modesto.....	9
--	---

1 AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO.....	9
2 O DIREITO ADMINISTRATIVO DO TERCEIRO.....	19

#### A CONSTITUCIONALIZAÇÃO E A INTERNACIONALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Osvaldo Ferreira de Carvalho.....	35
1 Introdução.....	35
2 Formação e evolução histórica dos direitos fundamentais.....	36
3 A positivação dos direitos sociais fundamentais.....	41
3.1 Os direitos sociais fundamentais nas Constituições brasileiras de 1934 a 1988.....	43
4 internacionalização dos direitos fundamentais.....	46
4.1 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.....	51



5 Conclusão.....	53
Referências.....	54

#### PRECATÓRIOS: A EMENDA N° 62/2009 E O DEVIDO PROCESSO LEGAL

Daniela Olímpio de Oliveira.....	57
1 Introdução.....	57
2 A execução contra a Fazenda Pública.....	59
2.1 Precatórios.....	66
2.1.1 Débitos alimentícios.....	68
2.1.2 Maiores de 60 anos e portadores de doenças graves.....	72
2.1.3 Requisições de pequeno valor.....	73
2.2 A Emenda n° 62/2009.....	76
2.2.1 O regime especial.....	80
3 O devido processo legal.....	84
3.1 A inconstitucionalidade da ementa.....	92
4 Conclusão.....	94
Referências.....	97

#### LEI N° 12.349/2010 - AS LICITAÇÕES PÚBLICAS ASSUMEM O PAPEL DE INSTRUMENTO IMPULSIONADOR DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO BRASIL

Cristina Barbosa Rodrigues.....	101
---------------------------------	-----

#### A FLEXIBILIZAÇÃO DE NORMAS JURÍDICAS E O DIREITO URBANÍSTICO

Andrea Teichmann Vizzoto.....	111
1 Introdução.....	111
2 Os princípios jurídicos, as diretrizes gerais de política urbana e as normas urbanísticas.....	114
2.1 Natureza das normas urbanísticas.....	116
3 A flexibilização de normas.....	119
3.1 Flexibilização e desregulamentação.....	124
4 Considerações.....	126
Referências.....	127

#### DEVIDO PROCESSO DA REGULAÇÃO: O ENCONTRO ENTRE O DIREITO FLEXÍVEL E A INSTRUMENTALIDADE PROCESSUAL ADMINISTRATIVA NAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Marcelo Pires Torreão.....	129
1 O Direito Flexível na regulação.....	129
2 Breve histórico do processo e da identidade com a regulação.....	135
3 O processo administrativo.....	138
4 O Devido Processo da Regulação.....	140
5 Fundamentos econômicos para a defesa do Devido Processo da Regulação.....	143
6 Fundamentos jurídicos para a defesa do Devido Processo da Regulação.....	146
7 A estrutura do Devido Processo da Regulação.....	151
Referências.....	157



## FEDERAÇÃO: É HORA DE INVERTER O ÔNUS ARGUMENTATIVO

Cristiana De Santis M. de F. Mello.....	161
1 Federalismo, repartição de competências legislativas e interpretação.....	164
2 A posição do Supremo Tribunal Federal.....	168
A) Precedentes centralizadores.....	169
2.1 ADI nº 280 e Madeiras em tora.....	169
2.2 ADI nº 2.623-MC e ADI nº 2.624-MC- Plantio de eucalipto.....	169
2.3 ADI nº 3.049 - Inspeção de veículos.....	170
2.4 ADI nº 3.323 - Vistoria anual de veículo com mais de 15 anos.....	171
2.5 ADI nº 3.186 ~ Reclassificação de vias e multas de trânsito.....	171
2.6 ADI nº 3.444 - Parcelamento de multas de trânsito.....	172
2.7 ADI nº 874 - Cinto de segurança em transporte público.....	173
2.8 ADI nº 3.625 - Blitz e luz interna do veículo.....	174
2.9 ADI nº 750-MC e ADI nº 3.645- Rótulo de produtos.....	174
2.10 ADI nº 855 - Pesagem de botijão de gás.....	176
2.11 ADI nº 2.752-MC - Serviço comunitário de quadra.....	177
2.12 ADI nº 3.069 - Feriado local.....	178
B) Precedentes descentralizadores.....	178
2.13 ADI nº 927-MC - Lei de Licitações.....	178
2.14 ADI nº 2.359 - Marcas em botijões de gás.....	179
2.15 ADI nº 1.980 - Informações sobre combustíveis.....	180
2.16 ADI nº 3.774-MC - Idade mínima para ingresso nas forças militares.....	181
2.17 Análise da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	182
3 Os valores ínsitos ao federalismo.....	185
4 A vontade de Federação.....	190
Conclusão.....	194
Referências.....	196

## OS PRINCÍPIOS, A REGRA E A ORDEM - UM EXERCÍCIO METÓDICO APLICADO À SOLUÇÃO DE UM CASO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO

Gustavo Kaercher Loureiro.....	199
Introdução.....	199
Primeira parte - Estabelecendo os passos.....	201
I Os fatos fundamentais para o entendimento da questão.....	201
II Encontrando um ponto de partida para tratar do caso.....	204
III A estrutura da regra do edital e as questões que suscita: os passos argumentativos.....	210
Segunda parte - Verificando a existência da competência (preenchimento do suporte fático da regra do Edital).....	216
IV O fato qualificante.....	216
V Alteração do (no) interesse público.....	233
Terceira parte - Verificando a correção do exercício da competência existente (Controle da discricionariedade por meio de um juízo de proporcionalidade).....	241
VI Admitindo que se possa revogar, o que se deve fazer? As circunstâncias do caso e a construção do "interesse público total".....	241
VII Outras questões.....	251



## **JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA**

### **ACÓRDÃO NA ÍNTEGRA**

#### **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Regime remuneratório ~ Juiz federal - Equiparação constitucional – Membros Ministério Público 7  
Artigo 65 parágrafo 2º Lei Complementar 35/79 – LOMAN. Pedido de Providências nº 0002043-  
22.2009.2.00.0000.....257

**ÍNDICE**.....271

**INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES**.....275